



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

JOSENILDO MARQUES BARBOSA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

**CAMPINA GRANDE/PARAÍBA
2014**

JOSENILDO MARQUES BARBOSA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba/ Campus de Campina Grande, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista na Área de Concentração: Educação.

Orientador: Prof. Msc. José Marciano Monteiro

CAMPINA GRANDE/PARAÍBA

2014

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B228e Barbosa, Josenildo Marques.
Educação do campo [manuscrito] : problemas e perspectivas / Josenildo Marques Barbosa. - 2019.
32 p. : il. colorido.
Digitado.
Monografia (Especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância , 2019.
"Orientação : Prof. Dr. José Marciano Monteiro , Departamento de Filosofia - CEDUC."
1. Educação do Campo. 2. Movimentos Sociais. 3. Legislação. I. Título
21. ed. CDD 372.24

JOSENILDO MARQUES BARBOSA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Monografia aprovada como requisito para conclusão de obtenção do grau de especialização pela Universidade Estadual da Paraíba, pela seguinte banca examinadora.

Aprovada em 15,07,2014

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof.^o Dr. José Marciano Monteiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof.^o Mestre: Carla Maria Dantas
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof.^o Dr.^a Juliana Nóbrega de Almeida
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

CAMPINA GRANDE, FEVEREIRO DE 2014

À minha esposa Maria do Socorro, meus
filhos Yasmim e Ythalo Dedicado.

O temor do SENHOR é o princípio do conhecimento; os loucos desprezam a sabedoria e a instrução. (Provérbios 1:7).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao Deus da minha vida, fé, por ter dado o seu único filho Jesus Cristo meu salvador e mantenedor, pelas bênçãos que ele me concede por todo seu poder, por tudo que ele é e me faz ser, pela santa Bíblia que é uma carta de amor, de orientação e de instrução.

A minha família em especial minha mãe Iraci (in memoriam), Tia Irene (in memoriam), Tio Jacinto, minha esposa Maria do Socorro, meus filhos Yasmim e Ythalo.

Também a todos os meus amigos em especial a Hilda e Gerlane, Rosinha, Carlos, Carlinha, José Régis.

Obrigado pela amizade tão significativa na minha vida, sempre me ajudando, incentivando, todos é um presente de Deus.

A todos os professores da Universidade Estadual da Paraíba que contribuíram decisivamente para a minha, e nossa, formação acadêmica, profissional e pessoal.

Ao meu Professor Orientador José Marciano Monteiro. Por todo o conhecimento passado, a paciência e orientação prestadas atenciosamente com a minha pessoa e também por ter me apresentado a Psicologia do Trabalho.

Pelos intensos momentos de paciência e orientação prestados, pelas excelentes supervisões e orientações prestadas em todos os momentos deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender a *educação do campo* no Brasil, enquanto uma realidade concreta na contemporaneidade, baseando-se a discussão na principal legislação envolvendo educação. O foco está na compreensão de como tais leis têm contribuído para o desenvolvimento de uma educação voltada para as pessoas que residem e constroem suas vidas no campo. Daí a importância das lutas pela terra e pelo acesso a educação, a partir dos movimentos sociais, em especial a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Muitas práticas pedagógicas são aquelas mais intensas e articuladas, nossa preocupação é com os relacionamentos que estão fora de laços entre as políticas públicas, instituições, diversidade cultural, identidades e memórias.

Palavras-chave: Educação do Campo. Movimentos Sociais. Legislação.

ABSTRACT

This work aims to understand rural education in Brazil, as a concrete reality in contemporary times, based on the discussion on major legislation involving education. The focus is on understanding how such laws have contributed to the development of an education aimed at people who live and build their lives in the field. Hence the importance of struggles over land and access to education, from social movements, in particular the organization of the Landless Rural Workers Movement (MST). Many teaching practices are those more intense and articulated our concern is with relationships that are outside links between public policies, institutions, cultural diversity, identities and memories.

KEYWORDS: Field Education. Social Movements. Legislation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 Educação Do Campo	12
2.1.2 Um Resgate Da Educação Do Campo	14
2.2 Por Que A Educação Do Campo?	16
2.2.2 Movimentos Sociais MST	16
2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: Problemas E Perspectivas.	18
2.4 As Diversidades e Desafios Da Educação Do Campo	21
2.5 Educadores Do Campo: Formação De Professores E Novos Saberes.	23
2.6 A pluralidade do saber docente	25
3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS DISCURSSÕES	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

1 INTRODUÇÃO

O estudo desenvolvido no decorrer deste trabalho esta pautado nos debates da educação do campo e seus movimentos sociais no Brasil.

As transformações ocorridas nas ultimas décadas no campo, principalmente pela modernização da agricultura e expansão da atividade agropecuária, contribuíram para urgência da Educação do Campo, no Campo e para o Campo, surge da necessidade das contradições do modelo de desenvolvimento vigente no país. Dessa forma, a realidade que se teme a exclusão, a expropriação, os movimentos sociais e a busca por uma educação que atenda suas necessidades, resgate as suas identidades com o campo e que venha de encontro aos interesses socioculturais, socioculturais, econômicos, da população que habita no campo.

Este tema foi acentuado com a discussão e aprovação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº. 9394 de dezembro de 1996, que propõe em seu Artigo 28, medidas de adequação da escola à vida do campo, questão que não estava anteriormente contemplada em sua especificidade.

As ações de proposições de trabalho direcionados a Educação no Campo em Santa Catarina surgiram em função da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, dispondo sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Em 2003, com a mobilização de diferentes movimentos sociais preocupados com a Educação no Campo, O Ministério da Educação instituiu, pela Portaria nº 1.374, de 03/06/03, um Grupo Permanente de Trabalho com a finalidade de apoiar a realização de seminários nacionais e estaduais para a implementação destas ações.

Podemos definir a identidade da escola do campo, não aquela restrita apenas a um espaço geográfico, mas vinculada aos povos do campo, sejam os que vivem no meio rural, seja os que vivem nas sedes dos 4.485 municípios rurais do nosso país.

Desta maneira, e em consonância com a especificidade da maioria de nossos municípios, a implementação de tais Diretrizes é também um compromisso assumido pelo Governo, através do Ministério da Educação e da SECADI, que através do processo de construção de políticas públicas inovadoras pretende viabilizar ações educacionais efetivas para as comunidades rurais.

A educação no campo tem características e necessidades próprias para o aluno do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade como fonte de conhecimento em diversas áreas.

A partir de julho de 2004, foram realizados pela Coordenação Geral de Educação do Campo, vários seminários Estaduais com o objetivo de diagnosticar e buscar soluções para combater as desigualdades do cotidiano escolar. A finalidade é incentivar a construção de relações baseadas no respeito e na valorização de milhares de brasileiros que tiram seu sustento da terra.

Na figura 1, observa-se o início do processo cultural, político e social da história do Brasil.



Figura 1, movimento sócio cultural do Brasil

Fonte: Site Google imagens.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação do Campo

Para compreendermos a trajetória e a temática Educação do Campo, perpassamos leis, decretos, pareceres, textos oficiais, documentos, produções científicas atualizadas e produções do e sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), buscando entender o posicionamento do Estado em relação às práticas educativas dos que trabalham e residem no meio rural brasileiro. Assim, estudaremos a Educação do Campo a partir da história do Brasil.

Desde que os portugueses invadiram o Brasil, em 1500, século XVI, praticaram a exploração das riquezas aqui existentes, exploraram os nativos – os índios –, além de extraírem madeiras e outros produtos. Em troca do trabalho dos índios, ofereciam “bugigangas” e, posteriormente, iniciaram o processo de expulsão de suas terras, massacrando-os e exterminando-os.

Observa Carvalho (2008, p. 18) que “o efeito imediato da conquista foi à dominação e o extermínio, pela guerra, pela escravização, pela doença, de milhões de indígenas”. Posteriormente iniciou-se a exploração dos africanos e de imigrantes pobres oriundos da Europa e do Oriente.

Ao longo da história do Brasil o processo de exclusão social e também político, econômico e cultural, sempre estiveram presentes e eram tidos como algo “natural”. Ainda nos dias atuais, fazer uma referência a este processo de exclusão não leva a um debate tranquilo, a resistência ainda é forte por parte da sociedade neoliberal, principalmente por aqueles que ainda se beneficiam com a exclusão social.

Os resquícios da história nos levam à constatação de que nas escolas brasileiras contemporâneas, as questões históricas que remetem ao processo de exclusão social não são trabalhadas de forma satisfatória, com autoridade e conhecimento de causa por parte dos educadores. Um exemplo é o que se trabalha a respeito do “descobrimento” do Brasil, das sesmarias e da concentração da terra em mãos dos latifundiários. Mesmo com os avanços nas pesquisas acadêmicas e

debates historiográficos de desconstrução da ideia de “descobrimento do Brasil”, o Brasil ainda continua sendo “descoberto” nas escolas, os índios continuam a ser tratados como “primitivos” e de “cultura atrasada”, e os negros continuam a ser vistos como aqueles que foram escravizados porque eram “inferiores” aos homens europeus.

Em pleno século XXI, práticas de discriminação ainda são sutilmente exercidas por pessoas brancas sobre os negros. Neste caminhar, raras são as escolas e profissionais que superaram estes paradigmas raciais e de descobrimento do Brasil, alavancando novas discussões, novos horizontes e novos paradigmas junto aos que estudam na educação básica e superior.

Ao se estudar a educação do campo, não há como negar tais análises, sendo necessário chamar a temática ao debate sócio econômico e geopolítico, pois milhares de estudantes e de camponeses fazem parte deste processo marginal criado pela ideologia dominante que carrega representações simbólicas na consciência, reproduzindo discursos e práticas da elite não condizentes com a vida e ações das populações do campo, perdurando nos trabalhos sócios pedagógicos de milhares de escolas do Brasil adentro. A temática “Educação do Campo” deixa claro o descaso e a forma com que os governantes – elite brasileira – historicamente trataram a educação voltada ao campo denominada como “educação rural”.

Na prática, neste início de século XXI, nos movimentos e organizações sociais e na academia científica, a educação no e do campo está se contrapondo ao modelo urbano e tecnocrata de educação, pois o modelo atual só prepara os cidadãos para o trabalho, sem se preocupar com a cidadania, habitação, relações sociais, cultura e formação étnicas social. Neste sentido, Pinheiro (2011) afirma que,

[...] a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade, entre outros [...].

A autora nos mostra os avanços e as lacunas que ocorreram na educação no campo.

O Brasil nas últimas décadas, pois tudo foi se inovando no campo, menos na educação, a não ser como resultado das pressões dos movimentos sociais organizados.

2.1.2 Um Resgate Da Educação Do Campo

A educação brasileira reflete o momento histórico pelo qual passa a nossa sociedade, constituindo-se como um instrumento de grande importância para a sociedade.

A educação do campo foi historicamente caracterizada como um espaço de precariedade, de descaso especialmente pela falta de apoio das instituições governamentais e pela ausência de políticas públicas para a população rural. A compreensão das transformações que acontecem no meio rural brasileiro deve passar necessariamente pela análise e observação do processo histórico do qual se originou o rural enquanto espaço de produção e reprodução social, sendo este além de um espaço produtivo, um lugar de vida e interação social.

A educação do campo tradicionalmente inferiorizada e caracterizada como um espaço precário, onde o descaso especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações ali residentes vem tomando outro rumo, hoje essa prática educativa se propõem a ser diferenciada, comprometendo-se com os interesses da comunidade local, sendo uma educação de sentido prático e utilitário, abrangendo as necessidades das escolas adaptadas à vida rural.

Essa falta de incentivo tem refletido na realidade dos pequenos agricultores. Esses sofrem com a ausência de estradas apropriadas para o escoamento de sua produção agrícola; na falta de atendimento adequado a saúde; na falta de

assistência técnica e, principalmente, na falta de educação básica de qualidade e difícil acesso a educação de nível superior.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. (CALDART, 2000)

A escola do campo deve trabalhar no sentido de dar condições do homem manter-se no campo e deve prepará-lo para isso, percebe-se, cada vez mais, a importância em não formar os alunos apenas para os sistemas produtivos, mas sim cidadãos comprometidos com problemática referente à modernização da agricultura e consequente crise social, ambiental e econômica como um todo. O território do campo é a base fundamental de sustentação da Educação do Campo, e este deve ser compreendido para muito além de um simples espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de vida.

Sobre isso Wizniewsky (2010) nos diz que:

[...] A escola no meio rural é muito mais que um espaço de escolarização, é, em muitos casos, a referência para a comunidade, deve, então, contar com professores que entendam e valorizem esse espaço. Fica clara a necessidade de formar professores para atuar nas escolas do campo, sem seguir produzindo o modelo da escola urbana. (WIZNIEWSKY, 2010, p.33).

O conceito de campo e de educação do campo, como um espaço de vida e de produção de conhecimento, possibilita a leitura e políticas mais amplas do que os simples conceitos de educação e de espaço rural, este último visto apenas como espaço de produção de mercadorias. A educação do campo vem com a finalidade de reterritorializar o conhecimento, buscando trazer a cidadania aos habitantes da área rural, portanto a educação do campo é uma educação construída junto com seus sujeitos e a partir de suas necessidades.

2.2 Por Que A Educação Do Campo?

A educação do campo veio para resgatar uma dívida histórica dos sujeitos do campo. Valorizar e contribuir para preservação das especificidades culturais e econômica, religiosa, social do sujeito do campo, para dar garantia a efetivação do direito do individuo em escolarizar-se.

Os saberes da escola do campo devem ser contextualizados a partir da realidade do campo. Abrange populações bem diversificadas, por isso a importância de valorizar e respeitar essa diversidade. É um resultado de uma soma de fatores, de entidade governamental, sociedade civil organizada. A educação do campo é objeto de estudo, fruto de articulação da SEED, Universidades, Prefeituras, MST, CUT, poder público e a sociedade civil organizada entre outros. É legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para os seus sujeitos.

2.2.2 Movimentos Sociais: a importância do MST para a Educação do Campo

Diversos movimentos de lutas sociais do campo lutam pelo fim da propriedade privada da terra e dos demais meios de produção, e da exploração do trabalho a partir da construção de outro projeto histórico, e identifica-se em sua educação a influência da pedagogia socialista.

Sabemos que o MST um dos movimentos que prima para uma educação do campo, utilizando-se do termo pedagogia socialista, como resultados históricos de lutas de classes nas sociedades capitalistas.

Consideramos a relação entre educação do MST e a educação do campo como uma relação de influências recíprocas, que apresentam semelhança e diferenças que correspondem ao desenvolvimento histórico e à perspectiva de projeto de sociedade apontado por cada uma. As reivindicações e lutas sociais do campo, alavancadas principalmente pelo MST, resultaram em conquistas políticas para a constituição da educação do campo, tendo esta como tática para a formação

dos educadores do campo. Faz-se necessário delimitar uma diferenciação entre educação do campo e educação do MST. A educação do campo está pautada na educação do camponês no sentido de desenvolvimento social e humano do campo e de seus sujeitos. Já a educação do MST é fundamentalmente uma educação de classe, pautada na luta de classes pela especificidade da luta pela terra. Concordamos com a análise crítica que Vendramini (2008) realiza em sua pesquisa de que a produção sobre educação do campo aponta uma diversidade de perspectivas teórico-metodológicas. Estas produções vão desde a concepção materialista histórica e dialética até análises fundadas em noções pós modernas de homem e de sociedade. A autora chama a atenção que:

Nos cadernos da articulação nacional por uma educação do campo, aparecem as expressões: educação para o desenvolvimento; educação para o campo na sua generalidade, sem corte de classe; democratização da escola e gestão; presença do lema *aprender a aprender*, fala-se muito.

em construção do conhecimento e em sujeito, correndo o risco de uma relativização do ensino e da ciência; educação como humanização; pedagogia do movimento como movimento de diversas pedagogias. (VENDRAMINI, 2008, p. 6).

E ainda,

No último caderno “Por uma educação do campo”, há um texto de Jesus (2005) intitulado “Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo”. Visando uma crítica ao paradigma moderno, propõe aspectos paradigmáticos que amplia, mas condições de construção de um projeto de educação Emancipatória, ² centrado: na educação e os seus sujeitos; na educação e o espaço vivido; na temporalidade; na educação como relação entre ciência e saberes; na relação sujeito e objeto. Tais aspectos ou noções se aproximam, a nosso ver, de uma concepção pós-moderna, a qual desencadeia práticas relativistas, subjetivistas,

pragmáticas e imediatistas, não conseguindo alcançar os reais problemas da educação e do campo. (VENDRAMINI,2008, p.6).

2.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: Problemas E Perspectivas.

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e aprende, o saber que atravessa às palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos,

através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar? Às vezes a ocultar, às vezes a inculcar? De geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem. (BRANDÃO, C.R. O que é educação, 1995, pg.10-11).

A discrepância entre o discurso e a realidade prática, porém, propõe questões que merecem ser investigadas. Como afirmar que o direito à educação está sendo instituído e afirmado no mundo rural se o que se observa, à primeira vista, são precariedades de toda sorte, revelando uma "presença" estatal deficitária, uma quase ausência? Os professores são mal remunerados, o material didático é inadequado, os prédios escolares, as instalações e os equipamentos são precários e os resultados, em termos de aprendizagem são insatisfatórios.

O problema da educação do campo sempre teve seus dilemas, como sendo a mais precária em relação a urbana, a discriminação das pessoas que ali vivem, é a exclusão social existente no campo.

Os agricultores são vistos como mão-de-obra barata para os grandes fazendeiros, sem falar na desvalorização do trabalho humano no campo. Esse

processo de exclusão das pessoas do campo reflete na qualidade da educação, porque quem mora no campo não precisa estudar, mas estudo nesta área tem revelado que o campo é um lugar bom para se viver e que a Educação no Campo e do Campo tem sido reforçada com a criação das Escolas Famílias Agrícola, em todo, o Brasil.

Segundo Jesus (2004, p. 35). A problemática da Educação do Campo reside, não apenas na ausência de um projeto educativo adequado à realidade, mas exige algo ainda maior: um projeto de integração que possibilite aos que moram no campo, alternativas para o crescimento e desenvolvimento de forma sustentável, uma vez que, até então, os inúmeros investimentos, projetos, problemas e recursos destinados a Educação sempre tiveram com finalidades, servir ao processo de produção e reprodução de relações econômicas e sociais que contribuíram de maneira acentuada para a falência da Educação no Campo.

O modelo de desenvolvimento que o Brasil segue o "capitalista" é marcado por exclusões e grandes desigualdades sociais. Quando se fala na população rural esse termo se reforça ainda mais como uma população atrasada, sem desenvolvimento. Neste sentido, faltam políticas públicas para melhorar a Educação no Campo e do Campo, uma Educação sólida e transformadora, amplo processo de formação humana, ou seja, o desafio é grande, mas não impossível, que essa educação possa contribuir de forma significativa na vida das pessoas do campo, para que ela tenha direito de intervir na sociedade, resgatar suas tradições, a história e a cultura, que através da educação o camponês produza o desenvolvimento sustentável e lute contra a exclusão e a expropriação.

Segundo Fernandes apud Arroyo (2004). Um dos problemas do campo no Brasil hoje é a ausência políticas públicas que garantam seu desenvolvimento em formas de melhorias na qualidade de vida das pessoas que ali vivem e trabalham. (...) Precisamos de políticas específicas para romper com o processo de discriminação, para fornecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem no campo, para garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas que não deve ser desigual. (ARROYO, 2004, p. 49).

Neste sentido, políticas públicas que priorizem a Educação para o Campo, que valoriza a vida, a cultura, que estar no campo não são estar atrasado, são manter os laços, as tradições, os hábitos. Políticas Públicas que priorizem escolas com boa infra-estrutura, programas de alfabetização de jovens e adultos, para que possam eliminar o analfabetismo no campo, as desigualdades sociais, uma escola gratuita e de qualidade, que atenda toda a família

De acordo com Fanck (2007, p. 137). A falta de políticas públicas voltadas à realidade do trabalho e da educação no meio rural se converte na falta de infraestrutura da escola e na dificuldade de sua manutenção. Dessa forma, não se consegue viabilidade para fazer o acompanhamento no tempo sócio-profissional o que dificulta a relação entre família, escola e comunidade.

A Educação no Campo sempre foi desvalorizada, como afirma Jesus "A desvalorização da Educação no Campo, sempre reforçada por uma ideologia de que a população rural não precisaria de estudos" "pois quem trabalha na roça não precisa estudar".

A Educação no Campo refere-se ao local onde moram os alunos, mas precisam vir para as cidades estudar. Os alunos sofrem com os descasos como: ônibus precários, estradas mal conservadas, poeira, lama, atraso, alunos que saem de casa cedo e só chegam à noite. Neste sentido: urge a necessidade de políticas públicas de educação do campo que garantam desde a pré-escola até o acesso e permanência na Universidade. E que a escola seja do Campo e no Campo, que os processos pedagógicos (as práticas dos professores e trabalhadores da educação em relação à população) atendam as características camponesas e não urbanas.

Para isso a importância de ter educadores / profissionais do próprio campo. Entendemos que os/as educadores/as são mais que professores, e a escola é mais do que escolarização. Uma construção pedagógica onde os educadores tenham tempo e as condições necessárias para se construir educadores com identidades camponesas (Brasil, 2006 p.33).

2.4 As Diversidades e Desafios da Educação do Campo

A educação do campo, nas últimas décadas avança nos espaços de pesquisa sobre escola pública, no esforço de construção de uma metodologia que de conta dos aspectos pertinentes à esfera rural, dando ênfase as características próprias de cada realidade, para tanto, se faz necessário um esforço de integração entre escola e comunidade, com o objetivo de conhecer a realidade a qual a escola esta imersa. Segundo Frigotto:

Na educação e pedagogia do campo, parte-se da particularidade e singularidade dadas pela realidade de homens e mulheres que produzem suas vidas no campo. Todavia, não se postula o localismo e nem o particularismo, mediante os quais se nega o acesso e a construção do conhecimento e de uma universalidade histórica e rica, porque é a síntese do diálogo e da construção de todos os espaços onde os seres humanos produzem sua vida. Educação e conhecimento apontam para uma sociedade sem classes, fundada na superação da dominação e da alienação econômica, cultural, política e intelectual. (FRIGOTTO, 2011. p.36).

Outro desafio do cotidiano escolar, no que tange o desenvolvimento da Educação Popular do Campo, está na problemática das relações que se estabelecem entre alfabetização e letramento dos sujeitos envolvidos no processo ensino/aprendizagem na escola. Neste processo, compreende-se que a investigação sob estas relações na prática dos professores pode apresentar como um caminho de contribuição no processo de desvelamento de práticas não adequadas às necessidades de alfabetização e letramento dos sujeitos, possibilitando conjuntamente na consolidação de conhecimentos mais orgânicos a escola. Para o desenvolvimento desta proposta, apresenta-se a necessidade da apreensão conceitual de alfabetização e letramento pelos sujeitos da escola, distinguindo os dois processos em suas particularidades e estabelecendo as relações entre os dois.

Outra possibilidade de demonstração da fragilidade entre letramento e alfabetização é o próprio desconhecimento, por parte dos professores, dos métodos e técnicas de ensino na alfabetização. Parece haver uma naturalização ou

simplificação dos processos de construção de conhecimentos, e por consequência uma mecanização no processo de ensino. Como se todas as crianças aprendessem ao mesmo tempo e da mesma maneira, sem necessariamente serem estimuladas e preparadas para isso.

Há, ainda, a hipótese de que os professores não articulam o currículo geral da escola com sua prática de sala de aula, não conseguindo estabelecer o diálogo para traçarem conjuntamente estratégias e táticas que desafie as crianças a aprender, tornando o processo de ensino/aprendizado não mecanizado, mas um processo complexo, contínuo e estimulante. Considerando, ainda, e antes de tudo, as condições concretas em que se encontram as escolas, desde a sua estruturação até a sua relação com os outros órgãos do sistema educacional, é possível afirmar, que o espaço escolar, pode ser fortemente influenciado pelos sujeitos que o fazem no dia-a-dia.

Contudo, a autonomia desses sujeitos precisa ser coletivamente construída como um processo de resistência, onde estes tomem nas mãos o desafio de construir a escola e construir conhecimentos juntamente com a comunidade. É preciso para isso, uma mudança na postura de professores e gestores da escola. Os professores precisam se fortalecer no grupo em que se encontram, refletindo coletivamente as suas práticas, traçando estratégias de qualificação das mesmas. Estratégias essas, entre outras, que podem significar a definição das demandas de sua própria formação, a partir da delimitação das contradições que constitui o cotidiano da escola.

Assim, o professor necessita fortalecer o vínculo com a escola e desafiar-se no desenvolvimento de uma nova postura profissional diante das tomadas de decisões, buscando a compreensão para uma qualificação escolar, visando à construção de um espaço educativo, capaz de desenvolver um processo de alfabetização e letramento comprometido com a formação integral dos estudantes. Cabe aos professores a compreensão de que seu ofício não se limita a sua sala de aula. Abrange conjuntamente a totalidade das práticas educativas que constituem o cotidiano escolar, exigindo o aprofundamento teórico-prático do coletivo sobre a

escola que se tem, e a partir daí assumir o desafio de encontrar possibilidades de transformação.

2.5 Educadores Do Campo: Formação de Professores E Novos Saberes

Ao se pensar em formação específica para o educador do campo é preciso se pensar quais caminhos percorridos para o processo de formação de professores diferenciado. Com isso percebemos a importância do curso e desenvolver um diálogo para vários saberes.

Diante das especificidades de uma educação voltada para educação do campo, Rocha (2009) enfatiza que “as necessidades presente na escola do campo exigem um profissional com uma formação mais ampliada, mais totalizante, já que ele tem que dar conta de umas séries de dimensões educativas presentes nessa realidade”. (ROCHA, 2009, p. 41). Para tanto, as diretrizes operacionais ressaltam que os cursos para formação de professores do campo deverão ter conteúdos que contribuam para que esses possam atuar nessa realidade específica.

A literatura tem mostrado que o fator escolar mais importante para o aprendizado dos alunos é o professor. Apesar de fatores como as abordagens, metodologias e contexto de cada estudo também o serem, o educador, e principalmente a sua formação, constituem fatores de extrema relevância para o ensino de qualidade. Segundo Macêdo (2009).

(....) a luta da Educação do Campo, educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Indígena, Quilombola, em que grande número dos sujeitos envolvidos, se encontram nos lugares sociais da exclusão social, se expressa ainda na atualidade, no rompimento de uma lógica secular pela afetivação do Direito à Educação como Direito a Diversidade Educacional, em respeito tanto ao quadro de desigualdade social quanto à diversidade étnico-cultural brasileira (MACÊDO, 2009 p. 181).

A reflexão sobre este eixo investigativo possui como objetivo uma educação comprometida com as necessidades da realidade dos educando, conforme já evidenciado anteriormente. Neste movimento Freire (2000) afirma que a educação

pode dar um passo para a construção de uma nova sociedade, se ensinar as pessoas sobre outro paradigma educacional, no qual a visão de mundo estabeleça relações com a diversidade humana, dotando os sujeitos de generosidade epistemológica, considerando a grandeza que consiste na riqueza de conhecimentos produzidos pela humanidade.

Freire (2000), ainda, em suas reflexões aponta que a educação do futuro deverá se comprometer com a ética universal, estabelecendo sentimentos de solidariedade e coletividade, atitudes comportamentais, comunicativas e emocionais. Para isso, é necessários outros saberes, capazes de potencializar o planejamento, a organização do currículo, a pesquisa, a organização dos grupos, a solução de problemas, a relação com a comunidade, as atividades antropológicas, etc.

A formação de professores os sistemas de ensino deverão observar em seu processo de formação dos docentes nas escolas do campo, estudo a respeito da diversidade, protagonismo, incluindo propostas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e transformação do campo. De acordo com Referencias para uma Política Nacional de Educação do campo diz que:

A educação do campo deve compreender que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, tem nomes e rostos, lembranças gêneros e etnias diferenciadas. Cada sujeito é individual e coletivamente se forma na relação de pertença a terra e nas formas de organização solidária. Portanto, os currículos precisam se desenvolver a partir das formas mais variadas de construção e reconstrução do espaço físico e simbólico, do território, dos sujeitos, do meio ambiente. (BRASIL. Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo, Caderno de Subsídios, 2003, p. 22).

Ao se pensar em formar professores e seus saberes, deve-se pensar em uma educação projetada para o campo e de vê ser levada em conta saberes produzida nas universidades e as vivencias construídas pelo povo do campo. Todavia cabe aos cursos proporcionar a esses professores capacidade de intervir de forma global na formação de seus alunos respeitando suas peculiaridades com a valorização da cultura, do modo de vida, valores e concepções dos sujeitos do campo.

2.6 A pluralidade do saber docente

Na obra intitulada Saberes Docentes e Formação Profissional Maurice Tardif discorrem a respeito dos saberes docentes e a sua relação com a formação profissional dos professores e ainda com o próprio exercício da docência. Destaca, a partir de pesquisas realizadas com o propósito de compreender o que pensam os professores sobre os seus saberes, que o saber docente é um “saber plural, formado de diversos saberes provenientes das instituições de formação, da formação profissional, dos currículos e da prática cotidiana” (p.54).

Partindo dessa idéia de pluralidade, o autor discute que a possibilidade de uma classificação coerente dos saberes docentes só existe quando associada à natureza diversa de suas origens, às diferentes fontes de sua aquisição e as relações que os professores estabelecem entre os seus saberes e com os seus saberes. Primeiramente, Tardif destaca a existência de quatro tipos diferentes de saberes implicados na atividade docente: os saberes da formação profissional (das ciências da educação e da ideologia pedagógica); os saberes disciplinares; os saberes curriculares e, por fim, os saberes experienciais. No quadro a seguir demonstramos o que autor entende que seja cada um dos saberes citados:

Quadro 1 – Classificação dos saberes docentes de acordo com Tardif (2004):

SABER	DEFINIÇÃO
	Conjunto de saberes que, baseados nas ciências e na erudição, são transmitidos aos professores durante o processo de formação.
Saberes da Formação Profissional	Inicial e/ou continuada. Também se constituem o conjunto dos saberes da formação profissional os conhecimentos pedagógicos relacionados às técnicas e métodos de ensino (saber-fazer), legitimados cientificamente e igualmente transmitidos aos professores ao longo do seu processo de formação.

Saberes Disciplinares	São os saberes reconhecidos e identificados como pertencentes aos diferentes campos do conhecimento (linguagem, ciências exatas, ciências humanas, ciências biológicas, etc.). Esses saberes, produzidos e acumulados pela sociedade ao longo da história da humanidade, são administrados pela comunidade científica e o acesso a eles deve ser possibilitado por meio das instituições educacionais
Saberes Curriculares	São conhecimentos relacionados à forma como as instituições educacionais fazem a gestão dos conhecimentos socialmente produzidos e que devem ser transmitidos aos estudantes (saberes disciplinares). Apresentam-se, concretamente, sob a forma de programas escolares (objetivos, conteúdos, métodos) que os professores devem aprender e aplicar.
Saberes Experienciais	São os saberes que resultam do próprio exercício da atividade profissional dos professores. Esses saberes são produzidos pelos docentes por meio da vivência de situações específicas relacionadas ao espaço da escola e às relações estabelecidas com alunos e colegas de profissão. Nesse sentido, “incorporam-se à experiência individual e coletiva sob a forma de habitus e de habilidades, de saber-fazer e de saber ser” (p. 38).

3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS DISCUSSÕES

A discussão da Educação do Campo desvela algumas questões que devem ser consideradas como: a concepção de educação campesina se contrapondo a educação rural, o reconhecimento do papel dos movimentos sociais na construção de políticas públicas da Educação do Campo. É importante esclarecer que o termo campo na educação substitui o conhecido termo rural, essa substituição foi dada com um sentido de lutas sociais, com objetivo de colocar questões rurais nos planejamentos do país. Os termos rurais e do campo, quando se trata em políticas é bastante mencionado, alguns autores caracterizam a educação rural, defendendo a idéia que todos devem ser educados para ter o lucro com seu trabalho, há autores que acreditam no campo como espaço de trabalho e educação, é o que menciona Fernandes (2005).

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar de produção agropecuária e industrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e quilombolas. É no campo que estão às florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por isso tudo, o campo é lugar de vida e, sobretudo, de educação. (FERNANDES, 2005, p. 137).

O campo é um cenário de lutas políticas, sendo também banhado de tradição e cultura. A mudança do termo rural para o campo se agrega a valores políticos, são ações e movimentos sociais do campo que movimentam o governo na criação de políticas publicas para os camponeses e camponeses.

A Educação do Campo é muitas vezes considerada como uma proposta de construção do povo do campo por meio de lutas e organizações pelos seus direitos. Embora o Brasil seja um país de origem agrária, a Educação do Campo sempre foi marginalizada. É preciso compreender que a Educação do Campo tem histórias e perspectivas. O termo “Educação do Campo”, não se baseia somente no ensino, nos movimentos sociais que também lutam por educação.

Portanto, o alinhamento do discurso dos autores como Arroyo, Caldart e outros que discutem a Educação do Campo demonstra a superação da concepção de inferioridade da vida no campo, valorizando esse espaço com sua cultura. Nesse sentido, de espaço com uma cultura própria destes movimentos sociais, tem um papel importante a Educação do Campo que por meio das arenas públicas luta para que sua identidade campesina seja reconhecida. No caso os movimentos sociais são considerados solo fértil para delinear a Educação do Campo, tendo em vista sua dimensão formativa assumida pelos seus propositores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a reflexão feita e apresentada neste trabalho nos indica uma complexidade que o tema educação do campo possui. A efetivação desse processo pode apresentar a possibilidade concreta ao pensarmos uma formação continuada, desenvolvida no ambiente educativo, de forma que se consolide um espaço de reflexão crítica sobre a própria prática educativa.

Uma concepção a partir de que uma educação de qualidade depende também de um bom professor percebeu a grande relevância desse profissional, oferecendo uma formação continuada, novos saberes, como esta sendo recebendo uma capacitação continua para aprimoramento da sua prática pedagógica, pois entendemos que o papel do professor é fundamental para a formação de um aluno crítico e reflexivo, que possa intervir nas diversas questões sociais, a fim de promover transformação na sociedade.

Esta reflexão indica que a escola do campo perpassa por limites históricos e sociais, que precisam ser evidenciados e problematizados junto à comunidade, com vistas à reavaliação e transformação das práticas educativas identificadas com o projeto de desenvolvimento pautado nos interesses do sistema capitalista. No que se refere à relação escola/comunidade, considerando os limites estruturais existentes, apresenta-se como desafio para escola, o repensar sobre a potencialidade destas relações no processo de ensino/aprendizagem. Sob uma perspectiva que possibilite, a comunidade escolar como um todo, desvelar a realidade que a cerca. Observamos ainda, que ampliação dos espaços de participação efetiva da comunidade nas decisões da escola pode constituir, como um elemento de fortalecimento, tanto do processo educativo, quanto das relações entre escola/ comunidade.

A escola, neste processo, oferece como um espaço rico de possibilidades de rompimento com a lógica da educação hegemônica. Mas para isso, é reiterada a necessidade da mesma se colocar como sujeito fundamental do processo de construção da educação. Na atualidade, não há espaço para a escola ficar de braços cruzados diante do desafio que é educar crianças, jovens e adultos. Assim, para a construção de uma educação dos trabalhadores, é preciso que a escola assuma a criticidade, que faça suas próprias questões, e busque, junto ao

enfrentamento das condições estruturais de trabalho, refletir, discutir e incidir sobre as decisões dos rumos da educação no país.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. **Formação de Educadores e Educadoras do Campo**. Brasília: MEC, 2004

Brasil. Congresso Nacional. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394\96**.

Brasil. Conselho Nacional de Educação\ Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Referências para uma política nacional de **Educação do Campo, Caderno de Subsídios**. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, Outubro de 2003. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/imprensa/Miolo_Seminario_Ed_Campo.pdf. Acesso em 06 de Julhos de 2014

BRASIL, Educação do campo: Direito de todos os Camponeses e Camponesas, via Campesina-Brasil, 2006.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 33ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CARVALHO, Jose Murilo de. **A cidadania no Brasil – o longo caminho**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. Porto Alegre: 2000.

CARVALHO, Jose Murilo de. **A cidadania no Brasil – o longo caminho**. 10 ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira, 2008**.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo; desafios de conteúdo, método e forma**. In: Munarin Antônio, Beltrame

Sônia, Conte Soraya Franzoni e Peixer Isabel (orgs). Educação do campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2 ed., 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: **saberes necessários à prática educativa**, RJ: Paz e Terra, 2000.

FANCK, Clenir. **Entre a enxada e o lápis: a prática educativa da Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão/PR**. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2007. Dissertação de mestrado. 153 pp.

FERNANDES, B. M. **A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar aeducação do campo. Cadernos Temáticos – Educação do Campo**. SEED/PR, Curitiba, 2005.

Lei n.º 9131/95 e na Lei n.º 9394/96 – LDB. De 04.12.2001. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**.

MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sônia Meire santos Azeredo de. **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação no Campo**. Brasília ? DF: articulação Nacional, "Por uma Educação do Campo", 2004.

MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes: **WISNIEWSKI**, Carmen Rejane Flores (Org.) [et al.]. **Experiências e Diálogos em Educação do Campo./ Kelma Socorro Alves Lopes de Matos, Carmen Rejane Flores Wizniewsky et al. [Organizadores]**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MARTINS, Aracy Alves. ROCHA, Maria Isabel Antunes. (Org). **Licenciatura em Educação do Campo**: Histórico e projeto político-pedagógico. Educação do Campo, desafios para a formação de professores. Belo Horizonte/ MG: Autêntica Editora, 2009. Cap. II p. 39 – 58.

MACÊDO, Magda Martins. **Escola Rural Geraizeira: os Geraizeiros da Tapera e sua Luta por uma Educação do Campo no Norte de Minas.** Montes Claros. Unimontes, 2009. (Dissertação de Mestrado).

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>>. Acesso em: 06 de julho de 2014.

VENDRAMINI, C.R. **A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico dialético.** Conferência proferida no II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. Brasília, agosto de 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.